

Câmara Ambiental da Refrigeração vai discutir proteção da camada de ozônio

CETESB cria Câmara Ambiental da Refrigeração para discutir redução de uso de substâncias que agredem a camada de ozônio.

Ela encontra-se distante entre 10 a 15 quilômetros da superfície da Terra, mas há trinta anos faz parte das pesquisas de cientistas e ambientalistas que estão preocupados com as freqüentes ameaças à vida no Planeta. Trata-se da camada de ozônio, um cinturão de gases com alta concentração de ozônio (O₃), que nos protege contra a radiação dos raios ultravioletas emitidos pelo Sol e que está sendo intensamente agredida pelos efeitos da poluição decorrente da industrialização mundial.

Diante da relevância do problema, a CETESB – Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental aproveitou a realização do 13º Seminário de Comemoração do Dia Internacional de Proteção da Camada de Ozônio, nesta quinta-feira (25/9), em Campinas, para a instalação da Câmara Ambiental do Setor de Refrigeração, Ar Condicionado, Aquecimento e Ventilação.

O setor reúne fabricantes e técnicos que trabalham no conserto de refrigeradores, "freezers", condicionadores de ar e outros aparelhos que geram frio e que utilizam gases como o clorofluorcarbono (CFC), hidroclorofluorcarbono (HCFC), tetracloro de carbono (CTC) e halon, além do brometo de metila (potente agrotóxico largamente utilizado na produção agrícola), substâncias que figuram entre as mais agressoras à camada de ozônio quando liberadas na atmosfera. Os índices revelam que os aparelhos são responsáveis por 98% do aumento da abertura na camada de ozônio, enquanto as espumas ficam com 1% e os solventes e os agrotóxicos também com 1%.

A missão da Câmara Ambiental da Refrigeração será de conscientizar o setor a eliminar a produção e o consumo dos chamados SDOs – substâncias químicas que destroem a camada de ozônio. Nas duas últimas décadas, o Brasil reduziu significativamente a produção e consumo de SDOs. Os resultados apontam para a eliminação de 95,4% no uso de CFC no país – o corte foi de 10.525 toneladas, média de consumo entre 1995-1997, para 478 toneladas, registradas em 2006.

Os esforços estão concentrados, agora, na redução do HCFC, o principal substituto do CFC, a substância que mais agride a camada de ozônio e que já foi praticamente eliminada pelo Brasil em 2006, antecipando as metas estabelecidas pelo Protocolo de Montreal, acordo firmado entre países há 20 anos. No acordo, o prazo para eliminação do uso do HCFC no país possui duas etapas: a primeira é o congelamento do consumo a partir de 2016, nos níveis do consumo de 2015 e, posteriormente, a completa eliminação em 2040. A ABRAVA - Associação Brasileira de Refrigeração, Ar Condicionado, Ventilação e



Presidente Fernando Rei assina ata de instalação da Câmara Ambiental da Refrigeração



Francisco Gonçalves e Paulo Rossetto homenageados pelo Grupo de Ozônio

Aquecimento, em sintonia com a CETESB, que coordena o PROZONESP – Programa Estadual de Prevenção à Destruição da Camada de Ozônio, quer reduzir este prazo de congelamento para 2012 e a eliminação para 2030, que é a data prevista para os países do primeiro mundo.

“Mas, apesar dos esforços e do bom entendimento entre o setor produtivo e a área governamental, os avanços ainda são poucos e insuficientes para eliminação completa desses gases”, afirma o presidente da CETESB, Fernando Rei. Segundo o dirigente da agência ambiental, o Estado de São Paulo continua com um esforço isolado diante dos demais entes da federação, no trabalho de reduzir ou eliminar a utilização dos CFCs e HCFCs. “Precisamos trabalhar em agendas setoriais e multiplicar e permear as ações entre todos os estados brasileiros”, argumenta Rei.

A Câmara Ambiental do Setor de Refrigeração, Ar Condicionado, Aquecimento e Ventilação, a décima terceira em atividade no Estado, é integrada por representantes da FIESP, SENAI, CETESB, ARPOL (fabricantes de tintas) e Refrigeração Bandeirantes, Dupont. O órgão será presidido por Paulo Neulaender, diretor de Meio Ambiente da ABRAVA. A solenidade instalação contou com as presenças de Ruy De Góes, diretor de Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente, e Sueli Carvalho, do PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, além de João Wagner Silva Alves, da Divisão de Questões Globais, e Josilene Ferrer, coordenadora do PROZONESP, ambos da CETESB.

Texto

Renato Alonso

Fotografia

Pedro Calado